

**A INSTABILIDADE DA UNIVERSIDADE VISTA À
PARTIR DAS CONTRADIÇÕES DE SUAS CRISES:
CRISE DA HEGEMONIA, CRISE DE LEGITIMIDADE
E CRISE INSTITUCIONAL**

*Marilúcia de Menezes Rodrigues **

ABSTRACT

The article shows the crisis that the University is going through, from three angles of analysis: the "hegemony" crisis, as loss of the university power regarding to the society; the "legitimity" crisis, as loss of the society belief in the solvability character of the institution; and the institution itself, when, due to the lacks above refered, there is a social request for modifying the structure models of this institution.

Key-Words: Hegemony, Legitimity, University: Institucional crisis.

RESUMO

O texto mostra a crise pela qual passa a universidade sob os três ângulos de análise: a crise de hegemonia, como perda de poder da universidade com a sociedade; da legitimidade, como perda da crença da sociedade no caráter solucionador da instituição; e da instituição em si, quando, em virtude das falências acima citadas, há pressão social por modificar os modelos estruturais desta instituição.

Palavras-Chave: Hegemonia, Legitimidade, Universidade: crise institucional.

* Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professora do Centro Universitário do Triângulo e da Universidade Federal de Uberlândia (marilucia@ufu.br)

A universidade e a crise de Hegemonia

A universidade conseguiu sempre manter, ao longo de sua história, uma definição quanto aos objetivos que justificavam sua existência enquanto instituição: a investigação científica, procurando aprofundar e ampliar o acervo de conhecimentos da humanidade. Entendo por conhecimento aqui a busca por verdades e leis que, quando bem desvendadas, permitiriam um maior controle, pelo homem, do domínio sobre seu meio. Dentro desta ótica, o conhecimento seria real instrumento de melhora da qualidade de vida, devendo ser transmitido, repassado para além dos muros da instituição universitária, exercendo desta forma um controle social e econômico pelo seu poder de detentora do conhecimento "verdadeiro".

Formada por e para os homens, contudo, a universidade, como outras instituições, não consegue manter-se isolada, neutra, com relação às transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais passa a sociedade periodicamente. Tais transformações atingem o âmbito universitário requerendo desta instituição uma plasticidade cada vez maior para cumprir funções progressivamente mais diversificadas e contraditórias, ditadas pelos rumos de políticas econômicas e educacionais. Infelizmente, as condições de adaptabilidade de instituições "perenes", como a universidade, são escassas, o que tem levado a uma implosão da universidade enquanto instituição, levando a uma perda de identidade institucional, já que esta sempre esteve ligada ao caráter mais ou menos fixo de seus objetivos iniciais.

A universidade encontra-se hoje frente ao desafio de conciliar interesses ambivalentes, conciliar interesses econômicos e de produção e divulgação de conhecimentos, conhecimentos produzidos pelas pesquisas mantidas por grupos financeiros, conciliar formação profissional e formação cultural (humanística) do indivíduo, conciliar (ou atender?) os anseios de uma sociedade, da qual é parte constituinte, no que refere-se à ascensão social pela busca profissional e como fonte produtora de conhecimento, conhecimento este visto por esta sociedade como "salvador", já que expressão da "verdade". Administrar através de diferentes recursos tantas contradições tem permitido à

instituição universitária não chegar a um desfecho fatal, não evitando porém que continue imersa num estado de crise aparentemente constante.

Santos (1994) analisa a crise pela qual passa a universidade enquanto instituição sob três ângulos: da hegemonia, como “perda de poder” da universidade com relação à sociedade; da legitimidade como “perda da crença” da sociedade no caráter solucionador da instituição; e da instituição em si quando, em virtude das falências acima citadas, há pressão social por modificar os modelos estruturais desta instituição.

Tais crises, apesar de entrelaçadas, têm suas origens históricas em momentos diferentes, bem como são diferentes os mecanismos utilizados pela instituição universitária para controlá-las. Nós nos deteremos mais na análise da crise de hegemonia da universidade, visto que esta tem um caráter mais amplo por tratar do poder que a universidade detém como produtora e retransmissora do saber.

A crise de hegemonia parece ter suas origens no capitalismo liberal, entendido aqui como o período que vai até o final do século XIX, onde o momento de crescente industrialização pelo qual passa a sociedade exige da universidade a produção de conhecimentos técnicos que, *a priori*, fogem do tipo de saber “produzido” pela universidade até então. A universidade, como instituição, destacou-se sempre pelo seu caráter “independente”, diferenciador da natureza de outras instituições sociais. O espaço de discussão e de fomento às novas idéias oferecido pela universidade, a especificidade e qualidade do saber nela engendrados, conferiram a esta instituição uma autonomia e um status único: instituição formadora de elites e de “alta-cultura”. O termo alta-cultura refere-se aqui ao saber restrito, basicamente científico, distinto do conhecimento tipo *senso comum* da cultura popular. Ao fazer tal distinção, a universidade como que desqualifica a cultura das massas populares, assumindo, como já dito, ser o centro produtor do saber válido, legítimo.

Contudo, as mudanças sociais e econômicas, que há já algum tempo pressionavam a universidade quanto ao tipo de conhecimento a ser produzido, aceleraram-se no pós-guerra. A necessidade de rever modelos existenciais após um conflito armado de grandes proporções,

aliada a novos apelos de mercado, parece ter criado uma dicotomia mais profunda entre a cultura de massas e a alta cultura, proporcionando condições para uma ascensão progressivamente mais incisiva e constante da cultura popular, abalando a centralidade da universidade enquanto única produtora do saber. Aparece assim a “ponta do iceberg” com relação à crise de hegemonia, descortina-se a possibilidade e legitimação de outras formas de saber, de produção e divulgação de conhecimento. Num “jogo” de acomodação, a universidade administra as tensões resultantes deste conflito de diferentes formas, massifica a alta cultura, “democratizando” o acesso à instituição universitária, amplia o número de docentes e pesquisadores, muda o perfil discente, tentando manter o domínio quanto à produção e legitimação do conhecimento .

Tal processo não permitiu, porém, a “conciliação” entre as culturas de massa e de elite, transferindo-se esta dicotomia para dentro do âmbito da universidade de outra forma, criando-se instituições universitárias mais “de elite” ou mais “populares”. Dicotomia “necessária”, entretanto, para manter um sistema econômico baseado na exclusão (e não na igualdade) de possibilidades de mobilidade social.

Nos últimos anos, a universidade tem tentado abordar a “inconciliável” questão entre cultura popular e alta-cultura, restringindo (e por outro lado prestigiando) o acesso a esta última, usando e abusando de um cientificismo e de um aparato tecnológico que afasta, isola, a universidade de grande parcela da sociedade; sociedade que entretanto, é instituinte da universidade!

Entendo que as políticas de extensão sejam uma “ponte”, uma via de acesso através da qual a instituição universitária tenta vincular-se e harmonizar-se com a população que exclui. Através da extensão, a universidade presta serviços à população, mas sempre usando o poder do conhecimento para estar para a sociedade e não verdadeiramente junto a esta.

Resta saber como este isolacionismo afetará a universidade numa época de tantas e tão rápidas mudanças econômicas e de valores sociais, onde a aquisição de informações depende cada vez menos das instituições escolares, qualquer que seja seu nível.

Uma das formas, ou melhor, um outro mecanismo de acomodação para mitigar esta crise, surgiu, paradoxalmente, de outra crise: a da Educação x Trabalho. A separação entre o "trabalho" intelectual e as outras formas de trabalho, manuais, braçais, está na raiz da própria universidade. Até o incremento do capitalismo liberal, a universidade tinha como certa a função de abrigar a elite intelectual, preparando novas forças dirigentes, afastada do mundo do trabalho "real". Com o capitalismo organizado e as novas necessidades sociais e de mercado surgidas, principalmente a sofisticação tecnológica, esta dicotomia tornou-se mais radical, abrangendo a própria produção e transmissão do conhecimento. Assim, não bastava mais preparar elites intelectuais, era necessário pesquisar, produzir conhecimentos específicos e utilitários e transmitir estes conhecimentos a uma nova clientela universitária: aquela que vinha em busca de pré-requisitos para exercer um novo tipo de trabalho, o trabalho qualificado.

A universidade busca na integração entre a formação cultural geral, humanística e a formação técnica, manter seu papel de formadora de elites intelectuais, detentoras e reprodutoras desta forma de conhecimento, buscando ainda, como dito acima, minorar sua "perda de centralidade" por meio de um novo objetivo: a formação profissional.

A associação entre educação-trabalho, entretanto, não tem sido pacífica. Se durante algum tempo a polaridade formação profissional/ oferta de empregos funcionou, com as rápidas transformações do capitalismo desorganizado o binômio educação-trabalho passa a ser questionado de várias formas. A instabilidade do mercado, a rapidez alucinante das transformações tecnológicas, o longo período de formação acadêmica, o descompasso entre a formação de profissionais qualificados e a oferta de vagas para estes trabalhadores na economia, têm tornado patente que a universidade não apresenta a flexibilidade que seria necessária para desempenhar as funções de formação profissional. Não dá para fazer desta seu objetivo central, mesmo com a "preparação humanística". Aqui, novamente, podemos abordar a questão da extensão. Proliferam cursos de reciclagem e de recolocação profissional, a educação continuada incorpora-se à questão da extensão universitária, já que muitos destes programas

são apêndices desta. Ora, se há tanta necessidade de “re-formar-se” profissionais, é porque a instituição universitária não consegue eficiência na função de formar mão-de-obra qualificada, função a que se propôs, aliás, por pressões da sociedade pela qual é constituída.

Entretanto, as dificuldades que a universidade enfrenta na área de formação profissional e que já foram citadas, são as mesmas que lhe permitem vislumbrar uma retomada de sentido funcional. A instabilidade do mundo atual, principalmente da economia, coloca como questão primordial uma formação educacional mais generalista que, não deixando de lado a formação técnica, preocupe-se em desenvolver nos alunos aspectos como liderança, iniciativa, flexibilidade de pensamento, originalidade de resolução de problemas. Talvez aí, no incremento da educação humanística pela pressão das demandas sociais, a universidade encontre referencial para “tomar fôlego” em suas tentativas de manter-se enquanto instituição.

Por outro enfoque, se a universidade mantém um papel educacional que suplanta os interesses mais imediatos da formação profissional, não é menos verdade que a função de pesquisa, que sempre desempenhou, insere-se como sua característica mais marcante.

A produção do saber científico encontra-se nas raízes da universidade. A busca pelo conhecimento “neutro”, pela verdade “absoluta” e a autonomia na investigação, da qual se tornou detentora praticamente exclusiva, fundamentaram e justificaram a existência da universidade. Entretanto, este esforço para buscar o conhecimento “puro”, isento de posicionamentos pessoais, isolado da vivência cotidiana, gerou outra polaridade: teoria x prática.

Esta dicotomia, se não foi “incômoda” à universidade nas fases iniciais do capitalismo, tornou-se foco de nova crise nos anos do pós-guerra, principalmente na década de sessenta. Uma sociedade pressionada por reflexões advindas de profundas mudanças sociais e políticas pressionou a universidade no sentido de engajá-la na busca de soluções para o mundo “real”.

A produção de conhecimento, antes autônoma e “neutra”, deveria servir, agora, ao desenvolvimento de novas tecnologias; forças da competitividade entre países, necessidades de desenvolvimento

econômico, dependentes de inovações tecnológicas, imiscuíram-se na autonomia universitária, priorizando a investigação dirigida, funcional e de caráter “utilitário”. Vertentes mais sócio-políticas reclamaram também maior presença da universidade: sua participação nos problemas enfrentados pela comunidade.

Questionada mais uma vez, pela sociedade pela qual é formada, quanto à sua relevância para esta mesma sociedade, a universidade responde de diferentes formas: privilegia em graus diversos diferentes grupos, de acordo com o grau de pressão por estes exercido. Assim, distingue o apoio dado a grupos e interesses das classes dominantes, mas procura também apoiar as classes dominadas na busca por soluções aos problemas sociais mais emergentes.

Esta resposta da universidade aos grupos dominados se traduz, basicamente, pela função da extensão. Num papel prioritariamente assistencialista (embora negue sê-lo), a universidade tenta novamente acomodar-se às suas contradições. Se há necessidade de “levar para fora dos muros” da instituição o saber ali produzido é porque realmente a universidade “isolou-se” em si mesma, “esquecendo-se”, paradoxalmente, de que é formada por e para a sociedade integral.

À parte as políticas de extensão, as únicas formas da tão falada integração universidade/comunidade tem se dado somente pela integração universidade/indústria e universidade/economia.

Na breve análise, que faremos abaixo, das crises de legitimidade e institucional, aprofundaremos um pouco as questões acima levantadas.

A Universidade e a Crise de Legitimidade

A crise de legitimidade insere-se na crise hegemônica, como já explanado acima, quando as razões da existência da instituição universitária são questionadas. Esta, entretanto, é só uma das faces da crise da legitimidade. A outra se dá pelo questionamento da sociedade com relação ao caráter democrático desta instituição.

Este questionamento é próprio da Idade Moderna. Desde suas origens, até o capitalismo em suas fases iniciais, a universidade

apresenta-se como uma instituição de e para as elites; dentro disto não sendo perturbada pelos sistemas políticos e econômicos até então vigentes, marcados eles próprios pelo seu caráter dominador e não-democrático.

O quadro muda de configuração, entretanto, no final do século XIX, quando as lutas dos trabalhadores por maiores direitos civis e políticos forçam o surgimento de uma nova vertente do capitalismo, o capitalismo organizado, que implanta, principalmente nas sociedades européias, as políticas de bem-estar social. Tenta-se então associar as necessidades de produção e desenvolvimento econômico aos anseios de igualdade, liberdade e solidariedade, princípios mais fortalecidos no final da década de sessenta e marcas de um período pós-moderno.

As reivindicações sociais por direitos como o acesso à educação universal questionam, como já dito, as relações entre universidade e sociedade. A universidade nunca havia se proposto a ser-para-todos! Formar dirigentes e produzir conhecimentos "elitizados" era sua função irrevogável.

Ao mesmo tempo, entretanto, não há como a universidade escapar às pressões sociais: ela só é passível de existir enquanto formada por e para os homens, como já dito à exaustão. Na elaboração das estratégias para vencer estas tensões a universidade lança mão dos expedientes já descritos. Importante é frisar que neste ponto de superação das contradições se estabelece a relação entre as crises de hegemonia e legitimidade: a necessidade de produzir conhecimentos diferenciados, para classes sociais diferenciadas.

O escalonamento entre as instituições universitárias, criando cursos e universidades de elite e cursos e universidades de massa e em decorrência criando políticas de manutenção econômicas, formas de acesso e formas de gestão diferenciadas, foi o principal mecanismo encontrado pela instituição universitária para "driblar" as contradições impostas por forças sociais antagônicas. A universidade tenta assim continuar em sua função de formar elites e ao mesmo tempo tenta responder às classes sociais excluídas, mantendo principalmente o vislumbre de ascensão social e melhoria da qualidade de vida pela escolarização superior.

A Universidade e a Crise Institucional

A crise institucional congrega em si as modalidades de crise anteriormente estudadas por tratar-se da crise que está no âmago da sobrevivência da universidade: sua autonomia.

Os fatores que ameaçam esta autonomia podem ser encontrados, novamente, no bojo de transformações sociais, políticas e econômicas complexas, decorrentes da influência do capitalismo desorganizado, da falência do Estado-Providência e da crise de produtividade industrial que afeta os países desenvolvidos. A falência do Estado enquanto mantenedor de políticas de bem estar social, alegadamente por razões econômicas, tem cortado os investimentos a nível de saúde pública, saneamento, seguridade social e políticas educacionais, entre outros. Mais do que isto, o Estado tem passado de fornecedor de serviços a comprador destes mesmos serviços, agora oferecidos pela iniciativa privada.

A ocorrência de tal quadro é global, planetária. Especificamente com relação à universidade, isto se reflete num desestímulo às universidades públicas, com atrofia de salários, cortes de incentivo financeiro, paralelamente a um aumento do incentivo deste mesmo Estado às instituições universitárias particulares.

Esta redução orçamentária apresenta consequências diversas para a universidade. Primeiro, ao se privilegiarem departamentos, áreas ou universidades pelo aspecto financeiro, ocorre uma desestabilização das forças de poder, aumentando o grau de desordem da instituição universitária. Em segundo lugar, mas ainda baseado no aspecto financeiro, a universidade se vê às voltas com critérios de avaliação e produtividade estranhos à sua história e dinâmica mais inerente. Por fim, se há uma redução orçamentária, não há por outro lado uma redução das funções que a universidade deve desempenhar. Para se manter funcionando, esta busca então, recursos da iniciativa privada, em forma de parcerias.

Tal "solução", tentada para acomodar a universidade e sua crise hegemônica, mostra um duplo caráter em seu aspecto econômico. Se por um lado fornece recursos, por outro reforça uma sistemática avaliação da instituição universitária com relação à produtividade e

às pressões de vários grupos direcionando os rumos desta produção.

A crise institucional assume, mediante o exposto, diferenciados aspectos, e um dos mais importantes é a avaliação do desempenho universitário (SANTOS, 1994)

A idéia de avaliação da universidade torna-se incômoda por representar uma avaliação externa, social desta. É seu desempenho, sua centralidade e autonomia que estão em jogo. O que avaliar? Como medir e sob que parâmetros o desempenho da instituição universitária? Afinal, avaliar a universidade, como avaliar qualquer outra instituição social, é um olhar desta própria sociedade sobre si. SANTOS (1994) resume esta problemática em três aspectos principais: a definição do produto universitário, os critérios de avaliação e a titularidade da avaliação.

A dificuldade em definir qual o produto da universidade se deve à multiplicidade de funções que a mesma vem acumulando em sua busca de acomodação às várias crises que atravessa. Da formação humanística à produção e investigação científica, da formação técnica à solução de problemas sociais, tudo pode ser produto da universidade. Como avaliar tão diferente universo? Tem-se tentado medir o desempenho da universidade quantitativamente, quer pelo número de formandos, quer pela produção científica produzida. Mas ainda não se encontrou uma forma de relacionar, de maneira mais autêntica, as medidas de quantidade à qualidade dos serviços prestados. Outra forma de avaliação é decorrente da visão, que se vai construindo, da universidade enquanto empresa. Tenta-se avaliar a produção universitária por um viés econômico, o conhecimento produzido sendo analisado por uma ótica empresarial, basicamente funcionalista e utilitária.

Estas óticas de avaliação colocam em risco a autonomia universitária, principalmente por focar a produção universitária como produto. Quando avaliada, em termos de produção, como uma empresa, a universidade se mostra o avesso desta. A produção universitária demanda tempo. A rapidez, a objetividade dos conhecimentos uni-direcionais, próprios do ritmo empresarial; não se coaduna com a necessidade de "amadurecimento" de idéias da produção acadêmica. Outro fator de choque na visão da universidade/

empresa é o modo como este conhecimento é produzido. Além de demandar tempo, como dito acima, a produção universitária necessita do trabalho de um grande número de profissionais, tornando seus custos elevados.

Ao avaliar a universidade, podemos questionar a utilização da produção acadêmica, seu envolvimento na formação de pessoas e de conhecimentos elitizados. Não podemos, entretanto, negar a importância do caráter histórico da universidade como ambiente gerador, debatedor e propagador de idéias. A perda da autonomia do pensamento universitário para padrões puramente econômicos e finalistas, que poderá ser acarretado pela transformação da universidade em empresa, ameaça a sociedade contemporânea.

Por fim, a quem cabe a titularidade pela avaliação da universidade? O Estado, mesmo se desobrigando de manter financeiramente a universidade, insiste em manter controle cada vez mais estrito sobre os recursos que ainda outorga a esta. Já falamos sobre a forma como outras mantenedoras, principalmente empresas, pretendem avaliar a universidade por critérios de desempenho, de produção.

As universidades têm rejeitado sistematicamente, de várias formas, ser avaliadas. Esta avaliação-vigilância, entretanto, só ocorre porque a universidade perdeu, ao longo de todas as crises que vêm atravessando, poder.

Ao buscar soluções de acomodação ao invés de soluções de fato, a universidade vem se colocando numa berlinda de onde é cada vez mais difícil escapar.

Aceitar a avaliação dos vários grupos sociais que a constituem, não passivamente mas de forma atuante e impositiva no processo de avaliação, pode ser uma alternativa para a sobrevivência da universidade enquanto instituição autônoma. O esforço de auto-conhecer-se e de integrar a comunidade universitária neste processo, de forma verdadeiramente democrática, pode permitir à universidade clarear objetivos e caminhos que lhe permitirão re-constituir-se enquanto mecanismo social.

Bibliografia

CUNHA, Luís Antônio. *Qual universidade?* São Paulo: Cortez, 1989

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989

FORQUIN, Claude. *Escola e Cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. São Paulo: Graal, 1989.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu. (org.) *Teoria educacional em tempos modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993

SOUZA, Maria Inês Salgado de. Educação e Poder: a nova ordem mundial e seus reflexos na educação- possibilidades e alternativas. *Universidade e Sociedade*, São Paulo, v. 4, n. 6. P. 107-5, fev., 1994